



### **Ação contra prefeito de Porto de Moz é a ponta do iceberg**

O Fórum da Amazônia Oriental (Faor) vem a público manifestar congratulações ao Ministério Público Federal, nas pessoas dos procuradores Felício Pontes Júnior, Ubiratan Cazetta e José Augusto Potiguar, que iniciaram a ação civil pública contra o prefeito do município de Porto de Moz, Gerson Salviano Campos, pela grilagem da fazenda Itaboraí, localizada no município de Senador José Porfírio, uma área de mais de 39 mil hectares, incidindo, inclusive, sobre parte do território da Floresta Nacional de Caxiuanã.

O Faor acompanha de perto os problemas vividos pela comunidade local desde que os grupos madeireiros – calcula-se em 18 o número de empresas que atuam na região - passaram a se instalar e intensificaram a extração de madeira, em grande parte dos casos, de forma irregular. São 13 mil pessoas na zona rural, que sofrem os impactos dessa atividade. A maioria dessa população vive em comunidades espalhadas ao longo dos igarapés e rios afluentes do Xingu e do Amazonas, e dependem do extrativismo da floresta e das águas, combinado com roças de subsistência e criação de gado.

Mas as comunidades estão perdendo o meio de subsistência, graças à atuação nefasta desses grupos, principalmente o “Campos”, da família do prefeito, que se vale de sua condição política para expulsar e intimidar pessoas que vivem nas áreas onde ainda existem grandes quantidades de recursos naturais, especialmente, madeiras nobres. Dessa forma, se tornou um dos principais exploradores e exportadores da madeira, além de possuir uma serraria na cidade.

A forma como Gerson Campos age já está conhecida na região. A assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Altamira, informa que praticamente 80% das denúncias de ameaças ou grilagem de terras em Porto de Moz envolvem o nome do prefeito ou de sua esposa, que aparece como testa de ferro em muitos casos. O “modus operandi” de Gerson Campos foi relatado no último processo de reintegração de posse que deu entrada contra o prefeito, em março passado, na comarca de Porto de Moz, onde ele é acusado de tentar se apossar de parte de uma área agrícola.

O político comprou uma posse vizinha ao terreno esbulhado, onde moram dez famílias. Mesmo depois de ter se comprometido em respeitar a “picada” que delimitava a fronteira entre as duas áreas, Gerson Campos enviou “funcionários” para erguer uma cerca que invadia grande parte da área dos posseiros.

Em outras circunstâncias, homens que se dizem enviados pelo prefeito ou outro membro de sua família aparecem na casa das “vítimas” com mandados judiciais e outros documentos, reivindicando a posse da terra. O que vem aterrorizando a população do município é que para fazer o serviço são utilizados “pistoleiros” já conhecidos pela população local.

Outras histórias, bem mais estarrecedoras, foram contadas ao Relator Nacional de Direitos Humanos ao Meio Ambiente, Jean Pierre Leroy, que visitou o município em fevereiro deste ano. Algumas pessoas relataram as violências sofridas diante de uma platéia de mais de mil comunitários e da imprensa, que cobriu o evento. Outros casos, de tão estarrecedores, tiveram que ser ouvidos pelo relator em caráter confidencial.

Para o Faor e as outras entidades que trabalham com os ribeirinhos e pequenos agricultores do oeste do Pará, esta deverá ser apenas a primeira ação movida contra Gerson Campos, ou seja, é a ponta do iceberg, que se espera, acabe com a situação de impunidade que marca as ações dele e também das empresas que passaram a operar na região, depois de que esgotaram os recursos naturais no sul do Pará.

Finalmente, destacamos que a saída para o caos que se configurou em Porto de Moz e nos municípios da região, já possui uma solução viável, apontada pela própria sociedade local. É a criação da Reserva Extrativista “Verde para sempre” e que as providências para isso estão nas mãos do poder público estadual e federal, notadamente da Sectam e Ibama. Quanto às irregularidades já praticadas pelo prefeito Gerson Campos e empresas madeireiras, aguardamos ainda outras ações da Justiça para que finalmente as centenas de famílias de Porto de Moz, que já estavam perdendo a esperança, recebam uma resposta concreta e tenham seus direitos - tão gravemente violentados - reconhecidos.